

A ESTRELA AINDA BRILHA? UMA ANÁLISE DO PETISMO EM TEMPOS DE BOLSONARO (2018-2021)

Data de aceite: 02/10/2023

Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Professor Adjunto (UFPA). Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG.

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/UFPA). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPA).

João Paulo Freitas Matos

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará (2019). Mestrando em Ciência Política (PPGCP/UFPA).

Larissa Martins Silva

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Mestranda em Ciência Política (PPGCP/UFPA).

INTRODUÇÃO

Em um sistema partidário profundamente fragmentado e influenciado por uma fórmula eleitoral que privilegia o voto individual (NICOLAU, 2006; 2020), o Partido dos Trabalhadores (PT) se destaca por suas especificidades. Mais institucionalizado e organizado internamente do que seus congêneres (GUARNIERI, 2011), essa agremiação partidária consegue estabelecer, de forma singular, uma base social a partir da relação com movimentos sociais e setores organizados da classe trabalhadora (SINGER, 2012). Além dessas características, o PT, mais do que qualquer outro partido brasileiro, atrai a atenção do público no que diz respeito aos seus sentimentos partidários. Desde a década de 1990, seja enquanto partido de oposição, seja ao longo dos governos federais capitaneados por suas lideranças, os índices de petismo foram recorrentemente os maiores no interior do eleitorado.

No entanto, além do partidarismo positivo, o PT é também aquele partido a despertar, igualmente de forma singular, os maiores sentimentos negativos. Como resultado, é também o antipetismo um fenômeno massivo no Brasil (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016). Em acréscimo, pelo menos desde o final do primeiro governo Dilma Rousseff, o partido se viu envolto em sucessivos episódios políticos que levaram ao desgaste de suas principais lideranças e de seu apelo partidário – desde os movimentos de rua em 2013 à ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, passando pela queda presidencial de Rousseff e o encarceramento de Luís Inácio Lula da Silva. Fatos esses que concorreram para um declínio do petismo no eleitorado brasileiro (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Contudo, como argumentam Samuels e Zucco (2018), não foi a primeira vez que os percentuais de preferência partidária pelo PT estiveram em queda. Após 2005, por exemplo, devido ao assim chamado escândalo do “mensalão”, uma diminuição dos percentuais de petismo foi registrada. Subsequentemente, após superado o período de crise, a predileção pelo partido voltou a crescer e mesmo a superar os patamares anteriores. Resta saber, como questionado por aqueles autores, se, após atravessada a conjuntura negativa para o partido, iniciada em 2013, os índices de partidarismo positivo a ele associados foram recobrados. Questão essa que se torna ainda mais desafiadora quando considerado o divisor de águas representado pela vitória de Bolsonaro em 2018. Dentre outros fatores, a liderança política do ex-presidente é calcada em um antipetismo exacerbado, que encontra eco em seus apoiadores e ajuda a explicar seu apelo eleitoral (AMARAL, 2020).

Tendo em vista esses fatores, como se configurou o petismo em tempos de Bolsonaro? No presente capítulo, buscamos enfrentar essa questão ao traçar um panorama descritivo do partidarismo positivo pelo PT após a eleição do ex-militar, em 2018. Para tanto, utilizamos pesquisas do instituto Datafolha disponíveis entre dezembro de 2018 e dezembro de 2021 nas quais foi possível encontrar variáveis sobre as preferências partidárias positivas dos entrevistados¹. Por conseguinte, produzimos dados descritivos em séries temporais acerca não somente dos percentuais de petismo para o eleitorado como um todo, mas igualmente acerca da extensão desse fenômeno no interior de diferentes classes sociais, macrorregiões geográficas e grupos políticos, conforme o indicador de aprovação governamental.

Esses procedimentos de análise empírica se justificam tendo em vista os achados anteriores da literatura no sentido de caracterizar o petismo como proporcionalmente maior entre grupos de trabalhadores (SOUSA; RIBEIRO, 2022), moradores da região Nordeste (SPECK; BALBACHEVSKY, 2016) e que avaliam negativamente o governo quando o PT está na oposição (SAMUELS, 2004). Os dados que produzimos vão ao encontro dessas expectativas, atualizando as informações sobre o petismo no período considerado. Ademais,

¹ Desde o estudo clássico de Campbell *et al.* (1960) convencionou-se tomar o partidarismo como uma atitude política que pode se manifestar tanto de forma negativa quanto positiva em relação a um partido dado. Aqui analisaremos somente os aspectos positivos do fenômeno, não abordando o partidarismo negativo ou antipartidarismo.

conseguimos lançar evidências aos questionamentos postos por Samuels e Zucco (2018), demonstrando o crescimento dos percentuais de partidarismo pelo PT a partir de 2021.

Além desta introdução, o presente capítulo é composto por outras três seções – revisão de literatura (focada nos estudos sobre partidarismo positivo pelo PT); metodologia e resultados (na qual explicitamos a seleção de bancos de dados e os procedimentos utilizados para produzir dados a partir deles, além de expor os resultados obtidos); e, por fim, comentários e considerações finais.

Partidarismo no Brasil: A centralidade do petismo

O partidarismo no Brasil está associado ao petismo (SAMUELS, 2006; BORGES; VIDIGAL, 2016; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Além de ter alcançado êxito nas últimas eleições presidenciais no Brasil, este conseguiu mobilizar uma grande base social de apoio em sua trajetória histórica (SAMUELS, 2006, 2008; BORGES; VIDIGAL, 2016). De acordo com Krause, Lameirão e Paiva (2016), o PT apresentou em sua história uma grande aprovação de preferência partidária em relação a outros partidos. O sucesso da preferência partidária pelo PT foi igualmente afirmando uma reação na direção oposta, com um sentimento de rejeição ao PT.

Para Samuels e Zucco (2018), o partidarismo pode ser relativo para preferências positivas e negativas. Segundo os autores, o caso brasileiro apresenta partidários sem uma rejeição a outros partidos e também indivíduos com sentimento de antipatia a um partido sem expender um sentimento partidário positivo a outro. Na última década, a maioria dos partidários positivos eram petistas, enquanto os negativos, antipetistas, em maior proporção sem uma preferência partidária *per se*.

Krause, Lameirão e Paiva (2016) expõem que o eleitor antipetista tem o perfil definido por autoidentificação com a cor branca, uma escolaridade elevada e maior renda familiar mensal. Samuels e Zucco (2018) delineiam que a diferença entre petistas e não petistas não se daria por composição sociodemográfica e social. O que dessemelharia petistas e antipetistas seriam as atitudes normativas de como a política deve ser, nas opiniões sobre a democracia e ativismo político na sociedade civil e o maior apoio às abordagens da “lei e ordem” (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Os antipetistas seriam menos entusiastas para a democracia e menos engajados no ativismo político da sociedade civil visando a grandes transformações sociais.

A preferência partidária ao PT saltou de 12% em 1989 para 24% em 2010, com mudanças nos estratos sociais envolvidos no petismo. O partido recebeu uma preferência partidária de eleitores com menor renda em 2002 e perdeu a simpatia do eleitorado de classe média. Alterou-se o perfil do petismo também em escolaridade. Até 2002, com o apoio dos que possuem maior acesso à educação, caindo após 2005 e se mantendo com os de baixa escolaridade (SINGER, 2010).

Veiga (2007) demonstra um declínio de identidade partidária no período de 2002 a 2006. O PT reduziu a sua taxa de 23% para 18%. Apesar dessa queda, nenhum partido se beneficiou dessa perda e o PT se sobrepôs aos outros partidos em 2006. No período de 2006 a 2010, o PT protagonizou um aumento da identificação partidária, recebendo um crescimento de 6,5 pontos percentuais (VEIGA, 2011).

Distintamente a outros partidos, o PT utilizou da sua marca partidária em campanhas eleitorais e para mobilizar bases sociais de apoio. Segundo Lupu (2016, p. 20), a construção de uma marca partidária “dá aos eleitores uma ideia de uma representação partidária em específico”. Partidos que mantêm uma defesa de política para classes específicas, por exemplo, associam-se a essa lógica, criando uma imagem perante os eleitores, decorrente da sua marca.

No Brasil, com exceção do PT, partidos tradicionais apresentaram uma menor ligação e preferência partidária com o eleitorado, independentemente de serem competitivos eleitoralmente, como o caso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (GIMENES, 2015). O MDB tem uma aproximação com lideranças locais que conduzem máquinas eleitorais clientelistas e que dão pouca importância a uma imagem do partido perante o eleitorado (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Singer (2010) mostra que “duas almas” estiveram em uma síntese contraditória habitando essa “marca” petista. Essas “duas almas” são relativas a políticas de beneficiamento ao grande capital e inclusão de camadas sociais empobrecidas, proporcionando uma melhoria na vida dos trabalhadores. Apesar da transformação pragmática petista desde a sua fundação, ao chegar na presidência, o partido contribuiu na implementação de programas assistenciais para a diminuição da pobreza extrema, aumento real do salário mínimo e dos postos de trabalho.

Isso remete ao projeto político inicial do partido visando à redução das desigualdades sociais por meio de uma representação de amplos setores da sociedade (VIEIRA, 2012). O governo presidencial petista com Lula e Dilma Rousseff se deu no combate à pobreza para redução da desigualdade social, entretanto, sem uma transformação radical, almejada por setores da esquerda política.

A popularidade do partido petista se acentuou com algumas realizações do governo Lula nas áreas econômicas e sociais: acesso ao crédito, desbloqueio do investimento público, Programa de Aceleração do Crescimento e estímulo ao consumo (RIBEIRO, 2014). Singer (2012) caracteriza ações e programas petistas que favorecerem a sua aprovação e popularidade: os resultados do Bolsa Família, a expansão do crédito, a diminuição de preços da cesta básica, os programas sociais focalizados, regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido, ampliação do acesso ao Ensino Superior, dentre outros.

As ideias que constituem a preferência partidária ao PT (petismo) apresentam similaridades com o lulismo na mente do eleitor. Contudo, o petismo foi um efeito dos

esforços organizacionais do partido com a sociedade civil e não dependeria apenas do lulismo (SAMUELS; ZUCCO, 2014). Para Samuels e Zucco (2018), o lulismo é um sentimento psicológico, de afeto personalista, tendo o eleitorado pobre apoiado a reeleição de Lula pela melhora de suas vidas sob o governo de Lula.

Singer (2012) elabora que haveria um realinhamento eleitoral em torno da figura de Lula, que conceitua por lulismo. Esse realinhamento foi consecutivo da ligação do subproletariado ao PT no mandato de Lula e o afastamento das classes média e alta. Para o autor, o realinhamento eleitoral por meio do lulismo, iniciado em 2006, integrou uma população em precariedade social, de baixíssima renda, primordialmente nas regiões do Norte e Nordeste.

Terron e Soares (2010) notaram que em 2006 houve uma mudança no contorno geográfico da base eleitoral de Lula. O percentual de voto nos municípios nas regiões Centro-Sul teria diminuído e aumentado nas regiões Norte e Nordeste. O reduto eleitoral de Dilma em 2010 não foi muito diferente de Lula nas eleições anteriores, mantendo o alto índice do voto na região Nordeste e com eleitores de baixa escolaridade (NICOLAU, 2014).

Rennó e Cabello (2010) observam que apoiar líderes partidários não necessariamente é um indício de personalização da política e não se contradiz com o fortalecimento de partidos. Segundo Samuels (2006), o partidarismo petista é fruto da organização e dos esforços do partido em se envolver em redes políticas, atraindo indivíduos politicamente ativos desde a sua fundação. Essa rede política petista derivaria da rede de organização política local, regional e nacional, não sendo o histórico do petismo apenas pela figura de Lula, sem desqualificar a sua importância ao PT.

Traçando o perfil socioeconômico dos alinhados ao PT, Samuels e Zucco (2018) aludem que, a partir de 2006, os petistas foram os eleitores com menor renda, menor escolaridade e menor acesso à informação política. Gimenes *et al* (2016) demonstram que de 2002 a 2014 o PT obteve maior índice de preferências partidárias. Algumas variáveis foram testadas ao partidarismo, como a escolaridade, sendo impactante no perfil dos partidários apenas em 2002. Samuels (2006) expõe que a educação não foi importante para o partidarismo após o primeiro mandato de Lula, não sendo necessário possuir um diploma de Ensino Superior para progredir um sentimento partidário.

Gimenes (2015) revelou que aspectos sociais relacionados à escolaridade, ao sexo e à idade tinham baixa capacidade explicativa ao partidarismo no Brasil. Os fatores de sofisticação política seriam mais preditores para a preferência partidária. Comparando com 2002, Veiga (2011) retrata o perfil dos petistas em 2006 como menos escolarizados, menos ideologicamente à esquerda e mais ao centro, menor presença no Sudeste e maior no Nordeste. Em 2006, os partidários petistas eram os analfabetos e com até quatro anos de estudo. Há um aumento de escolaridade nos petistas em 2010, angariando-se os eleitores com ensino médio completo.

Samuels e Zucco (2018) citam que os que almejam a democracia para promoção

de mudanças e enxergam a necessidade do ativismo social são mais propícios a serem petistas. O PT recrutou esses cidadãos já em sua fundação, em que o partido promoveu uma identidade política através de sua marca partidária e aproximou-se de setores do sindicalismo, movimentos sociais, comunidades religiosas da esquerda política e intelectuais (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). Pelo fato de nenhum partido tradicional ter atraído e se enraizado socialmente com aqueles com uma visão oposta sobre esses valores, muitos desenvolveram apenas um sentimento partidário negativo.

Mesmo diante dos entraves institucionais e políticos para o partidarismo no Brasil, o PT conseguiu uma aproximação para um contingente do eleitorado. O PT avançou aos pequenos municípios e a um eleitorado mais empobrecido e menos escolarizado, abalizando-se do PT de sua fundação. O processo desse realinhamento das preferências, descrito por Singer (2010), remete que o PT passou de um partido das classes médias para um partido dos pobres.

O desgaste do petismo se eleva em 2013, com acusações de corrupção a lideranças do PT e profunda recessão econômica, corroendo a popularidade do partido. A crise política, desenfreada pelos escândalos judiciais, protestos de massas em 2013 e o golpe político em Dilma Rousseff, ocasionaram no país o menor nível de confiança nos partidos políticos comparado com toda a América Latina (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Bastos (2017) afirma que o reflexo de políticas redistributivas do governo petista para trabalhadores pobres separou camadas médias e pequenos empresários a reações ao PT. Essa reação também foi um efeito de uma pretensa perda de status social das classes médias ao concorrerem com outras camadas sociais a um acesso à infraestrutura e serviços.

Nas eleições de 2014, o PT contava com perdas nos seus partidos aliados, incertezas no cenário econômico, acirramento político e ideológico e a oposição utilizando de estratégias de denúncias de escândalos de corrupção nas mídias (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Ainda assim, Dilma Rousseff obtém sua reeleição no segundo turno contra Aécio Neves do PSDB. Segundo Singer (2015), o primeiro mandato de Dilma foi um “ensaio desenvolvimentista”, com um ativismo estatal, alienando uma camada do empresariado sem uma sólida aliança interclassista e intensa mobilização dos trabalhadores pelo PT. Outros pontos problemáticos, surgidos nesse primeiro mandato de Dilma, foram a recessão econômica, aumento dos níveis de desemprego e da queda na renda dos trabalhadores.

A eleição de Dilma em 2010 e seu mandato inicial representaram a manutenção dos projetos políticos iniciados no governo Lula, mantendo um reformismo fraco com inclusão social. Sua eleição foi marcada por um contexto econômico que se recuperava dos efeitos da crise financeira global de 2008 (BASTOS, 2017). Dilma Rousseff se beneficiou eleitoralmente dos altos níveis de aprovação do governo Lula, seu eleitorado e o apoio de partidários petistas (AMARAL; RIBEIRO, 2015).

Ao fazer um balanço do governo Dilma, Singer (2018) cita que esta foi criticada pela esquerda e setores populares, desprezada por empresários, abandonada por sua base

parlamentar, odiada pela direita e pela classe média. Isso impulsionou reações do mercado financeiro a suas políticas, ataques midiáticos e operações judiciais seletivas. Dilma sai da presidência com 70% de rejeição em um contexto de queda do PIB e índice de desemprego de 11%.

O declínio do petismo não significou um aumento de preferência partidária a outro partido, e sim um aumento da não preferência partidária. Mesmo após o impeachment, o índice de preferência partidária petista se manteve acima de outros partidos, ainda que tenha tido um desgaste da preferência (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Em um contexto de baixo partidarismo brasileiro, o PT conseguiu ser uma exceção, sendo uma preferência partidária e escolha eleitoral para uma parte do eleitorado.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Aspectos metodológicos

No presente trabalho, utilizamos dados de pesquisas do Instituto Datafolha disponíveis no acervo do sítio do CESOP/UNICAMP (2022). Dentre as pesquisas presentes nesse repositório, selecionamos aquelas que apresentaram questão acerca das preferências partidárias do eleitorado ao longo do período considerado. Especificamente, tal variável utilizada decorre do seguinte questionamento: “Qual é o seu partido político de preferência?” (CESOP, 2022). A pergunta está presente em nove levantamentos entre dezembro de 2018 (primeira pesquisa após a eleição de Bolsonaro) e dezembro de 2021 (último banco de dados disponível com as características de interesse). A partir dessa questão sobre preferência partidária, produzimos dados descritivos em séries temporais que evidenciam os percentuais de petistas frente ao total de casos das amostras, além de cruzamentos com variáveis que operacionalizam as classes sociais, as regiões de moradia e o posicionamento em relação ao governo federal dos entrevistados pelas pesquisas.

Em relação às posições de classe dos indivíduos, utilizamos operacionalizações semelhantes às adotadas por Sousa e Ribeiro (2022). Em tais operacionalizações, partimos das informações acerca do status ocupacional e da escolaridade individual para agrupar os casos em quatro grupamentos classistas – Empresários e Profissionais Liberais (categoria que inclui os entrevistados com status ocupacional de empresário ou autônomos com credenciais educacionais superiores); Classe Média (na qual estão presentes os assalariados com nível superior e funcionários públicos com credenciais educacionais médias ou superiores); Classe Trabalhadora (assalariados sem nível superior e a porção residual de funcionários públicos com credenciais educacionais fundamentais); Autônomos e Destituídos (que inclui autônomos sem ativos educacionais superiores e os trabalhadores em situação de desemprego e desalento). No que diz respeito às demais variáveis, utilizamos as informações originais do banco de dados sobre macrorregião geográfica de moradia

dos indivíduos sem maiores modificações. Por fim, realizamos pequena recodificação na questão sobre avaliação do governo Bolsonaro, tornando-a binária – agregando os que o acham “ótimo”, “bom” e “regular” em uma categoria e “ruim” e “péssimo”, noutra².

RESULTADOS

Após descrever os procedimentos para a compilação e edição dos dados, passamos a expor os resultados obtidos a partir deles. Em primeiro lugar, destacamos, na Tabela 1, os percentuais de petismo ao longo do período considerado.

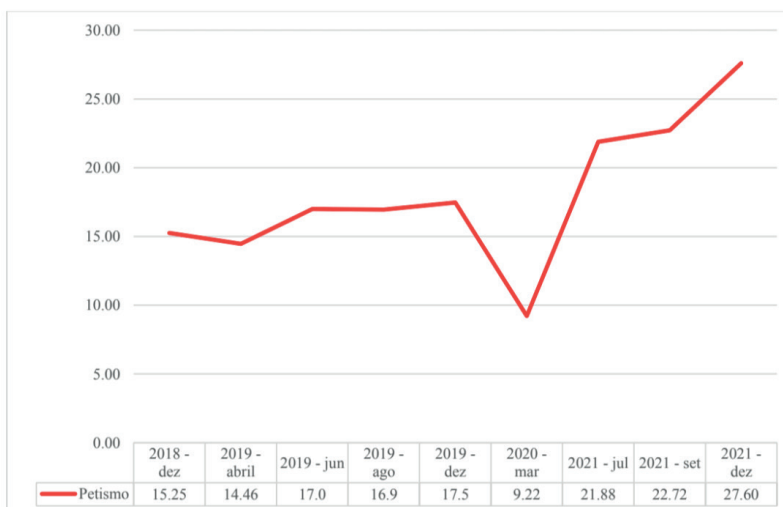


Tabela 1 – Percentuais de petismo entre entrevistados

Fonte: Datafolha (CESOP, 2022). Elaboração Própria.

Como é possível notar a partir dos dados, a predileção pelo PT no eleitorado brasileiro muda de patamar conforme a conjuntura. Em um primeiro momento, que vai do estágio “pré-governo Bolsonaro”, em dezembro de 2018, ao início da pandemia, em março de 2020, o indicador de petismo se situa abaixo dos 20 pontos percentuais, com uma queda acentuada justamente nessa última pesquisa. Já no segundo momento, correspondente ainda à pandemia de Covid-19, mas já em 2021, os percentuais voltam a crescer e passam a superar os patamares anteriores, mantendo-se sempre acima dos 20 pp.

Em relação às características sociais do petismo, aqui analisadas do ponto de vista das classes, os resultados são os seguintes:

² Maiores informações sobre os bancos de dados utilizados podem ser encontradas no Anexo 1.

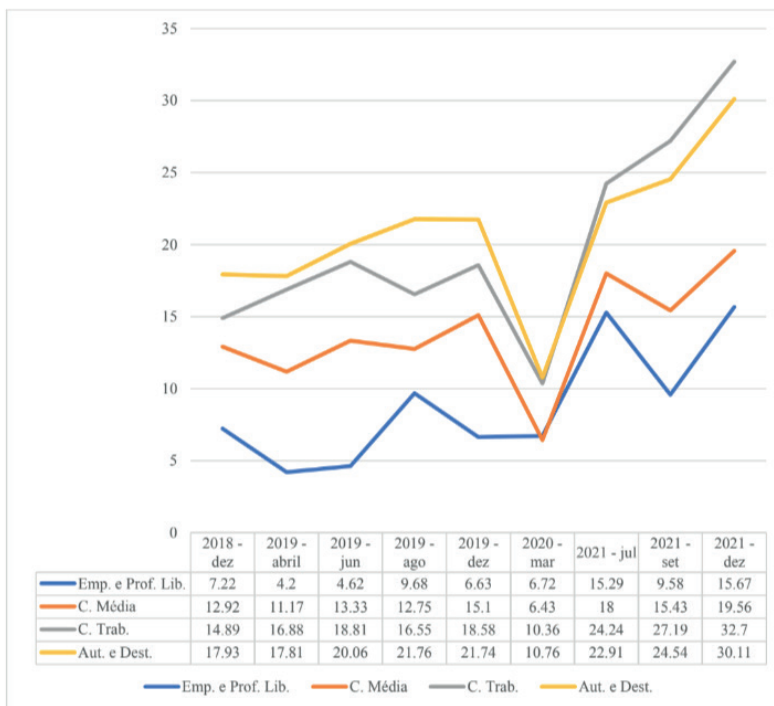


Tabela 2 – Percentuais de petismo por classes sociais

Fonte: Datafolha (CESOP, 2022). Elaboração Própria.

A partir desses dados, pode-se notar as especificidades de cada agrupamento classista na adesão ao petismo. Sistemáticamente, ao longo do período, a Classe Trabalhadora e os Autônomos e Destituídos apresentaram os maiores percentuais de predileção pelo PT. Esses grupos, ademais, desenvolveram percentuais de petismo sempre maiores do que aqueles relativos ao total de casos nas amostras, apresentados na Tabela 1. O grupo dos Autônomos e Destituídos apresentou maiores percentuais de petismo no período pré-pandêmico, ao passo que a Classe Trabalhadora teve as maiores marcas do indicador nas pesquisas realizadas ao longo de 2021 – chegando à maior marca da série, em 2021 (30,11%). No sentido oposto, a preferência partidária pelo PT entre Empresários e Profissionais Liberais e Classes Médias foi sempre menor do que as demais classes e do que os percentuais registrados para os totais das amostras. Entre tais grupos, porém, o primeiro se destacou pela constante porção diminuta de petistas entre seus participantes ao longo de todo o período – de forma tal que, em apenas duas pesquisas, tais percentuais ultrapassaram a marca dos 10 pp.

No que diz respeito aos dados da adesão ao petismo por região, a Tabela 3 resume os dados produzidos³.

3 Não há, na pesquisa realizada em março de 2020 pelo Datafolha, variáveis relativas à região de moradia dos entre-

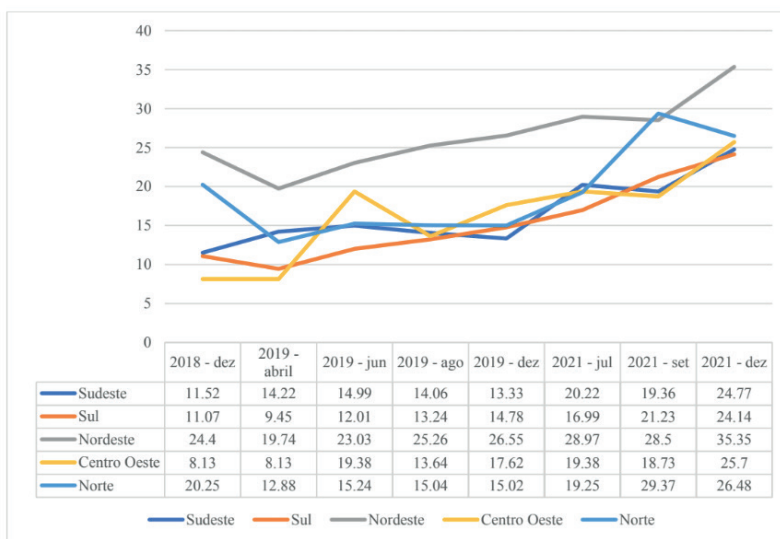


Tabela 3 – Percentuais de petismo por região

Fonte: Datafolha (CESOP, 2022). Elaboração Própria.

Em relação aos resultados acima, é interessante começar notando as diferenças entre as regiões brasileiras com índices socioeconômicos mais precários – Nordeste e Norte. Entre os entrevistados que moram na primeira, os percentuais de petismo foram os maiores durante toda a série – de maneira tal a superar, em todas as pesquisas, os patamares da predileção pelo PT relativos aos totais de casos das amostras (expressos na Tabela 1). Já no que diz respeito aos percentuais apresentados pelos moradores da segunda, as tendências foram diferentes. Embora inicie a série acima dos 20 pp., o partidatismo pelo PT entre eles passa a declinar logo em seguida (com exceção da pesquisa de setembro de 2021). Como um todo, os indicadores de petismo dessa região se assemelham antes aos dos registrados no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do que aos do Nordeste. Por seu turno, os percentuais de petismo entre moradores daquelas regiões são sistematicamente menores – especialmente aqueles registrados entre os entrevistados da região Sul.

Por fim, apresentamos os dados concernentes aos percentuais de partidatismo pelo PT relativos às categorias da variável que operacionaliza a avaliação do Governo Federal.

vistados, bem como sobre suas avaliações em relação ao Governo Federal.

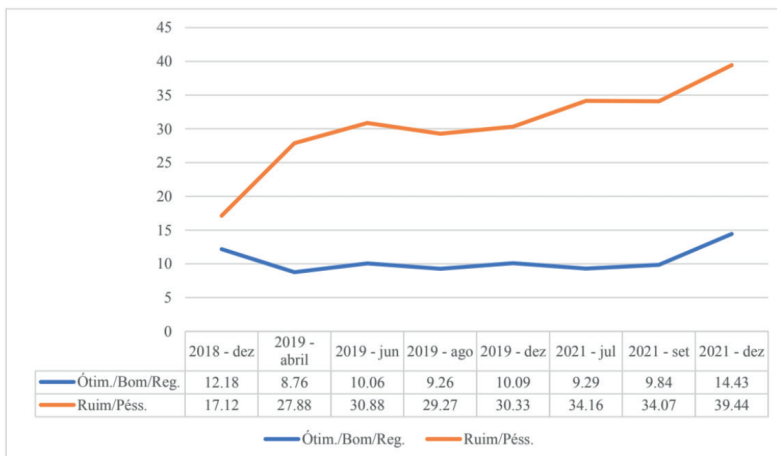


Tabela 4 – Petismo por grupos de avaliação do Governo Federal

Fonte: Datafolha (CESOP, 2022). Elaboração Própria.

Embora os dados disponíveis para o primeiro ano da série sejam ainda relativos ao governo Michel Temer, optamos por mantê-los para efeito de comparação. Nota-se que, nessa primeira pesquisa, os percentuais de adesão ao petismo entre os dois grupos de avaliação do Governo Federal foram os que mais se assemelharam. Nas pesquisas seguintes, a predileção pelo PT é sistematicamente maior entre os entrevistados que avaliavam a gestão Bolsonaro como Ruim ou Péssima. A diferença nos percentuais de petismo entre os dois grupos, que é de aproximadamente 4,94 pp. no início da série, chega a 25,01 pp., no final.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, objetivamos analisar partidarismo positivo pelo PT – o que, na literatura sobre o tema, convencionou-se chamar de petismo. Ademais, avaliamos a magnitude desse fenômeno no interior das classes sociais, regiões e a partir da avaliação governamental. Para tanto, utilizamos as pesquisas do instituto Datafolha durante o período de 2018 a 2021.

Ao abordarmos a literatura sobre o petismo no Brasil, evidenciamos seus achados no sentido de evidenciar como o PT consegue apresentar larga diferença em relação partidarismo positivo, tendo em comparação outros partidos brasileiros. Por outro lado, a centralidade do PT gerou um partidarismo negativo com nomenclatura própria: o antipetismo. Frente a tais evidências, buscamos produzir dados em diálogo com o acúmulo de informações anteriores sobre o petismo. Sendo assim, conseguimos demonstrar que, no final de 2018, a identificação com o PT rondava os 15%, oscilando para 9,22% em março de 2020 – o que, em termos comparativos, significa a menor taxa registrada desde 1989

(SINGER, 2010). Posteriormente, esse índice volta a crescer e praticamente triplica até dezembro do ano seguinte, batendo 27,6% de identificação – percentuais maiores do que, por exemplo, os 23% registrados em 2002, ano da primeira campanha presidencial vitoriosa de Lula (VEIGA, 2007). Dados esses que, novamente, demonstram como o petismo retorna a patamares superiores após superados os momentos mais agudos de crise política, tal qual anteriormente demonstrado por Samuels e Zucco (2018).

O que poderia ter causado essa oscilação positiva? Teria ela relação com a queda da popularidade de Bolsonaro? Embora tais questões devam ser mais bem investigadas por pesquisas futuras, explicitamos um crescimento sistemático do petismo entre os que avaliavam negativamente o governo Federal, ao longo de toda a série. No que se refere aos indicadores de popularidade do Governo Federal, Samuels (2004) identificou uma associação entre petismo e avaliação negativa de presidentes aos quais o PT era oposição, como no caso de Fernando Henrique Cardoso. Embora nossos dados corroborem esses achados, podemos notar que a extensão dessa associação foi maior durante o governo Bolsonaro do que o de Temer.

No que tange às classes sociais, os dados apresentados registram que, a partir de dezembro de 2018, a Classe Trabalhadora se destaca como o grupo que mais se identifica com o PT e possui um maior aumento no percentual dessa identificação, superando a classe dos Autônomos e Destituídos a partir de março de 2020. No final do período analisado, os dois grupos excediam a taxa de petismo em mais de 30%. Sendo assim, essas evidências reforçam achados anteriores (SOUSA; RIBEIRO, 2022) no sentido de demonstrar a maior representatividade do partido nessas classes sociais, o que se identificou ainda mais durante o governo Bolsonaro.

Em relação aos índices de petismo entre os moradores das diferentes regiões brasileiras, demonstramos nuances importantes e acrescentamos evidências de extração individual frente a uma literatura afeita aos dados agregados territorialmente (TERRON; SOARES, 2010). Especialmente, conseguimos demonstrar que as duas regiões mais pobres, Nordeste e Norte, seguem caminhos diferentes em relação ao petismo – sendo registrados os maiores índices de predileção pelo PT entre os moradores da primeira. Já no que diz respeito à segunda, em termos gerais, os percentuais de petismo antes se assemelham aos das demais regiões. Tais evidências vão de encontro à percepção de que o PT tem mais apoiadores em regiões com indicadores sociais e econômicos mais baixos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a predileção pelo PT no eleitorado é bastante influenciada pela conjuntura política do Brasil, além de mostrar diferenças em relação à avaliação governamental, regiões e classes sociais dos indivíduos. No contexto dos anos de ascensão e governo de Jair Bolsonaro, o petismo demonstrou resiliência e mesmo expansão, seja no eleitorado como um todo, seja entre determinados grupos situados social, geográfica e politicamente – tais como trabalhadores, autônomos e destituídos, nordestinos e os que avaliavam o governo federal negativamente. Entre eles, a estrela brilhou.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015.
- AMARAL, O. E. do. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 1, 2020.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 72- 129, ago. 2017.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, abr. 2016.
- CAMPBELL, A. *et al.* **The American Voter**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública. Banco de dados 2018 - 2022. **Centro de Estudos de Opinião Pública**. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados. Acesso em: 05 abril 2022.
- GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- GIMENES, E. R. *et al.* Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-148, abr. 2016.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.
- KECK, M. **A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P.; PAIVA, D. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016.
- MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, dez. 2014.
- NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.
- RENNÓ, L; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 39-60, out. 2010.
- RIBEIRO, E; CARREIRÃO, Y; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

- RIBEIRO, G. C. M. **Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo (2002-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002/2008). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, fev. 2008.
- SAMUELS, D. *Sources of mass partisanship in Brazil*. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 48, n.1, p. 1-27, jan. 2006.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics. **Journal of Politics in Latin America**, Hamburgo, v. 6, n. 3, p. 129-158, ago. 2014.
- SAMUELS, D. As bases do petismo. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, pp. 221-241, 2004.
- SAMUELS, D; ZUCCO, C. **Partisans, Antipartisans and Nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos-CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 88, p. 89-111, dez. 2010.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos-Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.
- SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUSA, M. F. R.; RIBEIRO, G. C. M. O petismo é um fenômeno de classe? Partidarismo e Clivagens Classistas no Brasil. **Agenda Política**, v. 9, n. 3, p. 268–295, 2022.
- SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, pp. 569-602, 2016.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, nov. 2010.
- VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.
- VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, fev. 2007.
- VIEIRA, R. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Memórias-Revista digital de História y Arqueología desde el Caribe colombiano**, Barranquilla, v. 1 n. 17, p. 1-58, dez. 2012.

ANEXO 1 – Informações sobre os bancos de dados utilizados

Quadro 1 – Informações sobre os bancos de dados – Pesquisas Datafolha

Ano	Mês Aplicação	Cód. CESOP	n
2018	Dezembro	4714	2077
2019	Abril	4715	2086
2019	Junho	4716	2086
2019	Agosto	4717	2878
2019	Dezembro	4698	2948
2020	Março	4702	1558
2021	Julho	4713	2074
2021	Setembro	4759	3667
2021	Dezembro	4761	3666

Fonte: Datafolha (CESOP, 2022). Elaboração Própria.